



PARECER Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei nº 5.343, de 2020, do Senador Tasso Jereissati, que *Institui a Lei de Responsabilidade Social; estabelece normas de responsabilidade social para a redução da pobreza e dá outras providências.*



SF/22561.98673-04

Relator: Senador ANTONIO ANASTASIA

I – RELATÓRIO

Vem ao exame do Plenário o Projeto de Lei (PL) nº 5.343, de 2020, de autoria do Senador TASSO JEREISSATI, que institui a Lei de Responsabilidade Social.

A proposta é motivada pelas demandas sociais após o fim do auxílio emergencial, diante de um contexto de restrição fiscal. O projeto procura tornar mais eficaz a política de atenção aos mais pobres, respeitando o teto de gastos, com os seguintes fundamentos expressos (art. 1º): *(i)* alocação específica e suplementar de recursos no orçamento público para ações de transferência de renda, mitigação de flutuação de renda, estímulo à emancipação econômica e promoção da igualdade de oportunidades por meio do desenvolvimento humano; e *(ii)* condução sustentável da política fiscal, voltada para um ambiente macroeconômico estável compatível com a geração de empregos e de renda.



O projeto estabelece sistemática de metas para a redução da pobreza — inspirada no sistema de metas para inflação. Tal qual ocorre com as metas de inflação, caso ocorra descumprimento, deverá ser realizada explicação pública sobre as razões para esse descumprimento, as providências para o cumprimento, e o prazo esperado para que essas medidas tenham efeito.

Além disso, independentemente do cumprimento, o Poder Executivo deverá publicar relatórios semestrais de acompanhamento das metas, apontando riscos e sugerindo medidas — inclusive para o gasto público e o sistema tributário. Frise-se que há liberdade na definição das metas pelo Poder Executivo a partir do 4º ano de vigência da Lei, contanto que elas sejam decrescentes.

O PL tem 39 artigos. Destacam-se a criação de três benefícios diferentes, inspirados em proposta da sociedade civil, elaborada pelo Centro de Debates de Políticas Públicas (CDPP). São eles:

- (i) Benefício de Renda Mínima;
- (ii) Poupança Seguro Família;
- (iii) Programa Mais Educação.

O **Benefício de Renda Mínima** é um programa de **transferência direta de renda** similar ao auxílio emergencial ou ao Bolsa Família. Seu valor será de até R\$ 125,00 por pessoa e variará de acordo com cada família, porque complementar a renda da família até que a renda *per capita* fosse de R\$ 125,00. Para mitigar eventual desestímulo ao trabalho,



SF/22561.98673-04



rendas do trabalho não serão integralmente computadas no cálculo. Assim, as famílias terão o sustento mínimo de R\$ 125,00 por pessoa, com a possibilidade de acrescer à essa renda por meio de seu trabalho.

A Poupança Seguro Família é destinada apenas às **famílias com renda do trabalho**. Seu diferencial é ser um depósito de poupança em favor dos beneficiários para incentivar o trabalho das famílias pobres e não as punir com perda total de recursos caso trabalhem. Conforme a justificção, seria, assim, mais um dispositivo do Projeto para incentivar o trabalho das famílias pobres e não as punir com perda total de recursos caso trabalhem.

Argumenta-se que famílias pobres com maior capacidade de geração de renda precisam de um colchão de proteção quando suas rendas caírem (por exemplo um empregado informal que perde o emprego), mas que não precisam necessariamente de benefícios de renda mínima. Desta forma, seriam necessários auxílios diferentes para famílias cronicamente pobres (caso do Benefício de Renda Mínima) e famílias em que a pobreza é uma condição intermitente (caso da Poupança Seguro Família). Assim, além de considerar as necessidades de cada família, essa diferenciação permitiria o atendimento de mais famílias com um dado valor orçamentário.

A Poupança Seguro Família contribuiria também, informa a justificção do Projeto, para estimular a correta declaração da renda por parte dos beneficiários do Benefício de Renda Mínima — já que, embora tenham a redução do benefício com o aumento da renda, passariam a receber os depósitos desta poupança.



SF/22561.98673-04



Esta poupança será aplicada integralmente em títulos do Tesouro Nacional. O valor do depósito será de até 15% (quinze por cento) da renda do trabalho declarada pelo beneficiário (até um limite).

A Poupança poderá ser sacada quando houver queda dos rendimentos do trabalho. É possível receber tanto o Benefício de Renda Mínima quanto a Poupança Seguro Família. Quanto maior a renda do trabalho, menor será o Benefício de Renda Mínima.

O valor da Poupança Seguro Família variará de acordo com a renda total *per capita* da família e a renda do trabalho *per capita*. Ele é tão maior quanto maior for a renda do trabalho, no caso das famílias no Benefício de Renda Mínima. Para as que não recebem o benefício, pois têm maior renda, a Poupança é tão menor quanto maior for a renda.

Nesse contexto, a proposta pode ser entendida como um sistema ágil de mitigação da pobreza. A família que conseguir fazer progressos, receberá cada vez menos do benefício de renda mínima e cada vez mais da poupança família, até o limite em que sai da pobreza. Se voltar a cair na pobreza, ela tornará a receber o benefício de renda mínima.

Adicionalmente, a Poupança Seguro Família poderá ser usada como garantia para microcrédito, no caso do Microempreendedor Individual (MEI).

O **Programa Mais Educação** é um depósito mensal de R\$ 20,00 em conta de poupança em favor de **estudante regularmente matriculado na rede de ensino** que seja integrante de família habilitada a receber o Benefício de Renda Mínima. Seu propósito é estimular a conclusão



SF/22561.98673-04



dos estudos. Os depósitos se iniciarão no primeiro ano do ensino fundamental e serão feitos até o final do ensino médio, regular ou profissionalizante. O saque será efetuado quando da conclusão dos estudos caso a idade do estudante seja de, no máximo, 3 (três) anos acima da idade prevista de conclusão. Como na Poupança Seguro Família, os recursos devem ser aplicados integralmente em títulos do Tesouro Nacional.

Quanto ao custeio, a Lei de Responsabilidade Social integraria dois programas atuais: Bolsa Família e abono salarial. O abono salarial, sabemos, é previsto na Constituição, não podendo ser extinto por mera lei. O Projeto, assim, focaliza seus gastos nas famílias com crianças, mas mantém a sua existência, diminuindo seu custo. Já os benefícios do Bolsa Família seriam substituídos pelos novos benefícios.

Outra fonte de recursos apresentada pelo PL são as emendas individuais e de bancadas de parlamentares de Estado e do Distrito Federal. Elas poderão suplementar os benefícios em cada Unidade da Federação, de acordo como volume da dotação que lhes tiver sido alocado pela respectiva bancada, inclusive as de natureza individual.

Mecanismo semelhante é previsto para os governos estaduais, que podem fazer a suplementação aumentando a arrecadação do imposto sobre heranças e doações (ITCMD).

Outras formas de financiamento, a nível nacional, seriam acionadas caso as metas de pobreza sejam descumpridas, notadamente a redução de gastos tributários.

Foram apresentadas 21 emendas.



SF/22561.98673-04



II – ANÁLISE

A proposta é tempestiva, pois trata de um dos grandes desafios do nosso tempo, objeto de muita discussão neste Parlamento. Refiro-me à necessidade de ampliar a rede de proteção social após as duas graves crises econômicas vividas pelo País desde 2014.

Não vislumbramos óbices quanto a aspectos jurídicos, regimentais ou de técnica legislativa. Quanto à constitucionalidade, vale ressaltar que a proposta expressamente cria metas para um objetivo fundamental da República na Constituição — qual seja, o de redução da pobreza. Cria, também, instrumentos para isto.

De fato, a temática tem sido inclusive debatida pelo Supremo Tribunal Federal, que recentemente, ao final de abril, cotejou a necessidade de regulamentação de uma renda básica com os ditames da Carta Magna. É conveniente reproduzir trechos do voto-vista do ministro Gilmar Mendes no Mandado de Injunção (MI) nº 7.300:

o que está em jogo é a verificação do cumprimento de um dever de proteção constitucional (*Schutzpflicht*), que visa a tutelar garantias individuais da mais absoluta centralidade para a ordem democrática: a promoção do combate à pobreza, como condição de superação das desigualdades sociais e econômicas.

Nesse sentido, os direitos fundamentais não podem ser considerados apenas como proibições de intervenção (*Eingriffsverbote*), expressando também um postulado de proteção (*Schutzgebote*). Utilizando-se da expressão de Canaris, pode-se dizer que os direitos fundamentais expressam não apenas uma proibição do excesso (*Übermassverbote*), mas também podem ser traduzidos como proibições de proteção insuficiente ou imperativos de tutela (*Untermassverbote*). (...)

Há proteção insuficiente quanto ao combate à pobreza e à extrema pobreza (...) sobretudo em relação à parcela mais vulnerável da população brasileira. Seguindo essa linha de raciocínio, considero



SF/22561.98673-04



que os valores básico e/ou variáveis do Programa Bolsa Família necessitam ser atualizados para adequarem-se à realidade econômico-social no período pós-pandemia. Diante desse cenário, é caso de se fazer um apelo aos Poderes Legislativo e Executivo para que reformulem os programas sociais de transferência de renda atualmente em vigor.

O ministro em seu voto ainda defende uma “lei de responsabilidade social” e encerra solicitando também a adoção de medidas *que aprimorem os programas sociais de transferência de renda atualmente em vigor.*

Desta forma, a proposta ora analisada não apenas se encontra consoante à Carta Cidadã como também coaduna com o mais atual entendimento da Suprema Corte.

Com efeito, nossa análise se concentra precipuamente nas questões de mérito.

Em nossa visão, a sistemática de metas de pobreza é bem-vinda. Elas podem representar um avanço institucional no combate à pobreza e fomentar o debate público e político sobre a matéria nos próximos anos. Ainda que em outros formatos, metas para redução da pobreza foram instituídas em anos recentes em democracias avançadas como Canadá, Nova Zelândia e Reino Unido.

Todavia, parece-nos mais pertinente que o Executivo possa escolher quem seria o responsável por falar ao Congresso em caso de descumprimento de metas. Desta forma, propomos Emenda para que não seja necessariamente o Ministro da Economia a fazê-lo, como concebido no texto inicial.



SF/22561.98673-04



Infelizmente, esse regime de metas foi vetado no momento da sanção da lei do Auxílio Brasil, depois ter sido aprovado pelas duas Casas do Parlamento na tramitação da Medida Provisória nº 1.061, de 2020. Temos, assim, uma primeira importante diferença em relação àquela Lei.

A Poupança Seguro Família, por sua vez, é uma saída engenhosa para uma dificuldade atual. Alcançará a população que se encontra simultaneamente ocupada e com baixa renda. Esta Poupança seria ainda uma inovação em nossa proteção social por pagar valores maiores a quem passa a ganhar mais. Uma evolução em relação ao modelo atual, em que o beneficiário que declara aumento de renda só “ganha” a própria perda do seu benefício.

Trata-se de aperfeiçoamento do Auxílio Inclusão Produtiva Urbana, instituído no âmbito do Auxílio Brasil, já que aquele contempla apenas a renda formal. Na proposta da Lei de Responsabilidade Social, as rendas fora do mercado de trabalho formal são as que serão contempladas, o que permite foco em um público mais desprotegido. Nossa visão é que o Auxílio Brasil privilegia a proteção do trabalho formal, quando o momento é de ampliar a cobertura dos informais.

Uma mudança inspirada no projeto de Lei de Responsabilidade Social foi feita na Câmara dos Deputados durante a tramitação do Auxílio Brasil, inspirada na Poupança Seguro Família, tornando-o o Auxílio Inclusão Produtiva Urbana uma poupança. Contudo, manteve-se o foco no trabalhador formal. Por isso, é importante revisitar o tema: esta é a segunda grande diferença em relação à Lei do Auxílio Brasil.



SF/22561.98673-04



Ademais, o Auxílio Brasil possui um leque amplo de benefícios que foi pouco discutido. A proposta da Lei de Responsabilidade Social é de um conjunto de intervenções mais enxuto e que efetivamente conta com a apresentação de cálculos sobre os resultados esperados.

Temos outras reflexões a apresentar, com base nos debates travados nos últimos tempos no Congresso Nacional ao redor de diversas propostas de ampliações do gasto social. Nosso relatório se beneficiou também da audiência pública realizada no dia 23 de setembro, com valiosas contribuições do ex-Senador Eduardo Suplicy, da Sra. Tereza Campello, bem como dos Senhores Erik Figueiredo, Marcos Mendes, Vinícius Botelho, Luis Henrique Paiva, Danyel de Lima e André Veras.

Um dos pontos mais salientes neste tema é a questão do reajuste — não só dos benefícios, mas também das linhas de pobreza que dão acesso a eles. Hoje, o Auxílio Brasil não conta com nenhum desses mecanismos, e tampouco o Bolsa Família contava. Este é um ponto natural de controvérsia.

De fato, o projeto já contempla a decisão do STF, no tocante à elevação do valor básico do benefício. Na comparação com o benefício básico do Bolsa Família, de R\$ 89,00, haveria uma transformação para R\$ 125,00 no Benefício de Renda Mínima.

Ademais, também os valores médios subiriam. Estima-se que o valor médio do Benefício de Renda Mínima por família seria de R\$ 230,00. Somados aos outros benefícios criados pela proposta (Seguro Família e Mais Educação), o valor médio iria a R\$ 302,00. Logo, trata-se de valor mais substantivo que a média do Bolsa Família, de R\$ 190,00 em 2019, ao passo



SF/22561.98673-04



que não representa um valor mais alto que, para ser pago, desmonta a responsabilidade fiscal, eleva a inflação e acaba se voltando aos mais pobres.

Para uma sistemática permanente de reajuste dos benefícios, contudo, precisaríamos expandir o escopo do projeto e isso, necessariamente, exigiria mais recursos. Chegamos, portanto, a um impasse, já que a questão fiscal do País é sabidamente delicada após a pandemia.

Fazê-lo sem cuidar do equilíbrio das contas, como já afirmado, acaba se voltando contra os mais pobres, na forma de inflação, instabilidade econômica e desemprego.

Em nossa visão, não é prudente neste momento instituir um mecanismo de reajuste permanente do Benefício de Renda Mínima, especialmente porque o atual momento é de muita incerteza. O cenário extremo da pandemia nos impede de ver com clareza no horizonte tanto a situação da pobreza no País como a situação fiscal. É um céu de difícil navegação.

Há limites ao que um projeto de lei poderia fazer para acomodar esse gasto novo, já que a redução de outras despesas obrigatórias, em geral, demanda propostas de emenda à Constituição. Além disso, iniciar um debate sobre cortes de gastos para ampliar o escopo desta proposta poderia atrasar sua tramitação ou mesmo inviabilizá-la, comprometendo os ganhos para a sociedade que o texto original já traz.

Ademais, como já salientado, o Poder Executivo pode sim aumentar o valor de referência na redação original do Projeto, se houver disponibilidade orçamentária. Ao aumentar o valor de referência, aumenta-



SF/22561.98673-04



se tanto o poder aquisitivo dos beneficiários quanto a régua para acessar o Benefício de Renda Mínima.

Alterar o Projeto para indexar os benefícios à inflação ampliaria a rigidez orçamentária, exatamente uma das causas do nó fiscal que sabidamente trava o bom funcionamento da economia brasileira. Não há prejuízo, porém, para que a medida seja discutida em outro momento, em uma segunda proposição. Afinal, a sistemática das metas de pobreza da Lei de Responsabilidade Social prestigia exatamente o debate público engajado na questão.

Por fim, é necessário admitir que a ampliação continuada das linhas de acesso aos benefícios, sem alocação de novos recursos, poderia ter o efeito adverso de acabar excluindo a população mais vulnerável e de alcance mais difícil para a Assistência Social, que acabaria tendo que competir pelo pagamento com novos beneficiários — não necessariamente mais necessitados.

Vale aqui uma analogia com a atual campanha de vacinação: há mérito em priorizar o atendimento daqueles em maior risco, o que foi feito ao vacinar primeiros os idosos, em ordem decrescente de idade, e aqueles com comorbidade, em ordem de gravidade da moléstia. Em diversas políticas públicas, focos mais limitados podem fazer sentido.

Por isso, não podemos acatar as Emendas nºs 8, 16, 17 e 19.

Uma segunda questão que foi trazida é quanto a obrigatoriedade na concessão dos benefícios. Isso porque no Bolsa Família o pagamento do



SF/22561.98673-04



benefício é limitado à disponibilidade de recursos, o que também ocorre com o Auxílio Brasil.

Novamente, precisaríamos expandir a quantidade de recursos mobilizada pela Proposta para fazer uma alteração neste sentido. O orçamento ficaria mais engessado, com uma nova despesa obrigatória. E a tramitação da Proposta prejudicada pela necessidade de amadurecer uma complexa discussão sobre cortes. Será salutar que o Brasil continue fazendo este debate, com base na Lei de Responsabilidade Social, e possa mobilizar novos recursos ao longo dos anos para assegurar a obrigatoriedade dos benefícios — se este for o melhor caminho de fato para cumprir as metas de pobreza.

Tal obrigatoriedade, por ter o potencial de expandir a escala do Benefício de Renda Mínima (BRM), elevaria o custo da nova política. Para adequá-la a esta inovação, o debate no Legislativo poderia resultar em uma proposta com valores indefinidos, zerados, para o BRM — o que seria em nossa visão um retrocesso em relação ao texto original.

Fundamentalmente, a obrigatoriedade na concessão de benefícios desvincularia as concessões do Programa, no nível municipal, das estimativas de pobreza calculadas a partir das estatísticas do Censo do IBGE. Nesse sentido, afetam os incentivos da gestão dos Municípios para que localizem e atendam as famílias mais vulneráveis dos seus territórios. Iria, assim, em sentido contrário à modernização proposta, que visa, com alterações no CadÚnico, dar maior protagonismo à Assistência nesta busca.

Assim, não concordamos com as Emendas nºs 1 e 7.



SF/22561.98673-04



Outras emendas que exigiriam quantidade maior de recursos são Emendas que alteram o cálculo das linhas de pobreza, modificam a metas de pobreza, ampliam significativamente o Benefício de Renda Mínima, criam novas políticas ou bloqueiam fontes de financiamento. É o caso das Emendas nº 4, sobre as linhas; nº 5, sobre as metas; nºs 6, 14 e 18, sobre o valor do benefício; nºs 10 e 11, sobre novas políticas; e nºs 12 e 15, sobre custeio. Não podemos acatá-las.

Por sua vez, nos parecem redundantes as Emendas nºs 13 e 21, especificando o funcionamento das metas, que também não aprovamos.

Quanto à argumentação da Emenda nº 5 sobre as metas, esclarecemos que embora elas sejam fixadas pela nova lei apenas pelos três primeiros anos, a sistemática é permanente — ficando a cargo do Executivo instituir as metas dos anos seguintes, que obrigatoriamente devem ser decrescentes. Esta Emenda também propôs alterar os fundamentos da Lei, o que nos pareceu inócuo, já que a condução sustentável da política fiscal provoca exatamente a queda das despesas financeiras da União com juros — como tem ocorrido de forma significativa desde 2016.

Já a Emenda nº 2 merece ser acatada parcialmente, e a Emenda nº 3, acatada integralmente. Ambas foram propostas pelo Senador PAULO PAIM.

A Emenda nº 2 suprime revogações inseridas no projeto de lei. Somos a favor de manter a revogação nos dispositivos legais sobre a forma de cômputo da renda familiar, porque um dos avanços do Projeto é exatamente a unificação deste cômputo, que passaria a ser o mesmo para



SF/22561.98673-04



todos os benefícios. O arranjo atual, com uma forma de cômputo diferente para cada benefício, é complexo para gestores e beneficiários.

Todavia, concordamos com o teor da Emenda nº 2 quanto à necessidade de que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) possa ser acumulado dentro da mesma família: isto é, que a renda recebida de um BPC não seja computada para fins de concessão de outro BPC. A mudança traria insegurança para os beneficiários, já que não existe direito adquirido ao BPC, e seria temerária no atual contexto de pandemia, que é mais perigosa para idosos e pessoas com deficiência. Por isso, acatamos a Emenda nº 2 na forma de subemenda.

Já a Emenda nº 3, suprimindo a alteração no abono salarial, é acatada integralmente. A nova forma de concessão do abono, prevista no projeto de Lei, priorizaria o pagamento integral a famílias com crianças: independentemente do mérito desta ideia, ela seria mais segura se implementada por meio de proposta de emenda à Constituição (PEC) – já que o abono tem suas regras previstas na Carta Magna. Fica prejudicada a Emenda nº 20, do Senador FABIANO CONTARATO, que segue o mesmo sentido.

Para compensar parcialmente a perda de recursos que esta mudança provocaria, e não prejudicar o custeio do Benefício de Renda Mínima, oferecemos Emenda deixando para ato infralegal a definição dos parâmetros financeiros do Programa Mais Educação.

Finalmente, outro aprimoramento relevante é que o Benefício de Renda Mínima seja expressamente vinculado ao Auxílio Brasil, adequando ainda a redação do Projeto para fazer as revogações pertinentes,



SF/22561.98673-04



que antes se concentravam no Bolsa Família, já revogado em dezembro de 2021.

Consideramos oportuno também integrar os novos benefícios à marca do Auxílio Brasil, evitando nova alteração para os beneficiários, já que a marca Bolsa Família foi recentemente substituída. Afinal, a alteração pode gerar insegurança entre as famílias que recebem os benefícios e mesmo dificultar a aceitação desta Proposta meritória. Um projeto que amplia os valores recebidos por esses brasileiros não pode correr o risco de ser confundido com uma perda de direito por esses cidadãos vulneráveis e com dificuldades de acesso à informação.

A alteração não distorce esta bela iniciativa, e mantém seu anseio por maior proteção social dentro dos limites da responsabilidade fiscal.

Assim, acatamos a Emenda nº 9, do Senador ALESSANDRO VIEIRA, na forma de subemenda.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 5.343, de 2020; bem como pela aprovação da Emenda nº 3; pela aprovação das seguintes Emendas e subemendas; com rejeição das demais Emendas:

EMENDA Nº - CCJ
(ao PL nº 5.343, de 2020)



SF/22561.98673-04



Substitua-se a expressão “pelo Ministério da Economia” por “por Ministro de Estado” no art. 1º, § 6º, do PL nº 5.343, de 2020.

SUBEMENDA Nº À EMENDA Nº 2 - PLEN
(ao PL nº 5.343, de 2020)

Dê-se a seguinte redação ao art. 38 do PL nº 5.343, de 2020:

“**Art. 38.** Ficam revogados:

I - o § 1º do art. 20 da Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993;
e

.....”

EMENDA Nº - CCJ
(ao PL nº 5.343, de 2020)

Substitua-se a expressão “valor de referência de R\$ 20,00 (vinte reais) mensais” por “valor de referência mensal a ser definido pelo Poder Executivo”, no art. 5º, *caput*, do PL nº 5.343, de 2020.

SUBEMENDA Nº À EMENDA Nº 9 - PLEN
(ao PL nº 5.343, de 2020)

Dê-se a seguinte redação aos arts. 2º, 34 e 38 do PL nº 5.343, de 2020:

“**Art. 2º**

I – o Auxílio Brasil – Benefício de Renda Mínima (BRM), nos termos do art. 3º desta Lei.

.....”

“**Art. 34.** Fica garantida, a partir da data da efetiva implementação do BRM, a opção de migração por parte das famílias beneficiárias de quaisquer benefícios anteriores do Programa Bolsa Família, de que trata a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para o



SF/22561.98673-04



BRM, bem como por parte das famílias beneficiárias de quaisquer benefícios anteriores do Programa Auxílio Brasil, de que trata a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

§ 1º Uma vez implementado o BRM, as famílias beneficiárias de benefícios anteriores de que trata o *caput* receberão automaticamente o maior valor entre o benefício anterior e o do BRM.

§ 2º O valor do benefício anterior referido no § 1º não considerará os efeitos do Auxílio Emergencial de que trata a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, e suas sucedâneas.

§ 3º O BRM integra o Programa Auxílio Brasil e passa a ser o seu único benefício, substituindo os benefícios anteriores nos termos desta Lei.

§ 4º Caberá ao Poder Executivo compatibilizar as normas infralegais referentes ao Programa Auxílio Brasil com o disposto nesta Lei.”

“**Art. 38.** Ficam revogados:

.....

II – os arts. 2º a 29; e 45; da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.”

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



SF/22561.98673-04